



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES “OSMAR DE AQUINO”
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JONESSA MAÍRA DOS SANTOS SILVA

**BREVE ANÁLISE DO DOCUMENTO “ENSINO FUNDAMENTAL DE
NOVE ANOS: ORIENTAÇÕES PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA DE
SEIS ANOS DE IDADE”**

**GUARABIRA - PB
2014**

JONESSA MAÍRA DOS SANTOS SILVA

BREVE ANÁLISE DO DOCUMENTO “ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS: ORIENTAÇÕES PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA DE SEIS ANOS DE IDADE”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Clévia Suyene Cunha de Carvalho

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586b Silva, Jonessa Máira dos Santos
Breve análise do documento "Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade" [manuscrito] : / Jonessa Maira dos Santos Silva. - 2014.
16 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)
- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades,
2014.
"Orientação: Profa. Ms. Clévia Suyene Cunha de Carvalho,
Departamento de Educação".

1. Ensino fundamental. 2. Escolarização de crianças. 3.
Orientação pedagógica. I. Título.

21. ed. CDD 372.24

JONESSA MAIRA DOS SANTOS SILVA

BREVE ANÁLISE DO DOCUMENTO "ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS:
ORIENTAÇÕES PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA DE SEIS ANOS DE IDADE"

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba - UEPB, em cumprimento à exigência para
obtenção do grau de Licenciatura Plena em
Pedagogia.

Aprovada em: 25 / 07 / 2014

Clévia Sylene Cunha de Carvalho

Prof. Msc. Clévia Sylene Cunha de Carvalho / UEPB
(Orientadora)

Emília Cristina Ferreira de Barros

Prof. Msc. Emília Cristina F. de Barros / UEPB
(Examinadora)

Azmar dos Santos Soares Júnior

Prof. Msc. Azmar dos Santos Soares Júnior / UEPB
(Examinador)

BREVE ANÁLISE DO DOCUMENTO “ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS: ORIENTAÇÕES PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA DE SEIS ANOS DE IDADE”

SILVA, Santos dos Maíra Jonessa¹

RESUMO

Este trabalho que atende à atividade obrigatória de conclusão de curso de graduação em Pedagogia tem como objetivo refletir questões referentes à ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos. A pesquisa bibliográfica busca analisar o documento “Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inserção da criança de seis anos de idade”, que trata das diretrizes pedagógicas para criança de seis anos nas salas de aula do ensino fundamental. A pesquisa bibliográfica documental de caráter legal que fundamentou a implantação do Ensino Fundamental de nove anos. Esse acervo de documentos oficiais tem como um de seus focos principais a criança a partir de suas necessidades de aprendizagem e de desenvolvimento, sendo um guia para as escolas e os professores que atuaram nas salas de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Fundamental. Escolarização de crianças. Orientação Pedagógica.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto pretende abordar questões referentes a ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos a partir do documento “*Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*”, que foi elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) com o intuito de orientar pedagogicamente a implantação dessa mudança no âmbito da Educação Básica, sobretudo quanto ao currículo voltado para as crianças que estão iniciando sua vida escolar, aos seis anos de idade. Este documento contém textos com as temáticas referentes à criança, ao desenvolvimento e a aprendizagem. Ele foi disponibilizado para todas as redes de ensino e, enquanto um documento oficial está disponibilizado publicamente.

Trata-se de uma proposta que direciona a comunidade escolar pertencente a Educação Básica. Foram aprovadas e sancionadas duas leis, a *Lei Nº 11.114/05* e a *11.274/06* que acrescenta um ano a mais no ensino fundamental, ambas as leis tornaram a inclusão obrigatória das crianças de seis anos de idade na escola, ou melhor no ensino

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia na UEPB, Campus III. E-mail: jonessa.uepb@gmail.com

fundamental. Essas mudanças implicaram e continuam a implicar em muitas consequências para a dinâmica das escolas. Segundo Barbosa (2012, p.9) os estudos da infância em nosso país avançaram nas últimas décadas, tanto no âmbito do conhecimento científico acumulado como nas conquistas em torno dos direitos das crianças. Todavia, esses avanços ainda não se refletem na prática escolar com tanta evidência.

O interesse deste trabalho é abordar a questão do currículo, baseada na breve leitura do documento do MEC e tendo em vista a incorporação de crianças nesta faixa etária, sugere um repensar da seleção e da organização dos conteúdos escolares. A escolha deste tema surgiu pela curiosidade sobre que tipo de conteúdos escolares que estão sendo trabalhados em sala de aula pelos professores do primeiro ano do ensino fundamental. Que tipo de mudanças tem ocorrido neste sentido, se até então essas crianças de seis anos de idade eram de responsabilidade da educação infantil? Interessei-me em compreender o que é sugerido aos professores para o trabalhando com essas crianças recém chegadas à escola, em termos de

Considerando o objetivo deste trabalho, foi feita uma leitura minuciosa do documento e, em seguida, selecionamos os textos que, sob o nosso olhar eram os mais significativos. Foram estes: Ensino Fundamental de nove anos: orientações gerais, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e entre outros elaborados pelo MEC.

O texto que aqui se apresenta está constituído de introdução onde relato o objetivo do documento, o meu interesse pelo tema, em seguida está o desenvolvimento do trabalho onde é abordada a proposta deste novo ensino fundamental, o currículo para a inclusão desta criança na escola, o currículo para os componentes curriculares da Artes, Matemática e Linguagem, e os meios mais recomendados para avaliar nesta sala segundo o documento e por fim as considerações finais.

2 A PROPOSTA DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

As crianças que hoje estão inseridas na sala do primeiro ano do ensino fundamental, até pouco tempo eram alunas/os da Educação Infantil. E essa mudança promoveu alguns questionamentos sobre vários aspectos e, em especial, sobre o currículo escolar. O que ensinar para essas crianças que estão iniciando sua vida escolar? Certamente essa foi a indagação feita por muitos professores que assumiram as turmas de 1º ano.

A partir da leitura do documento, pode se afirmar que a proposta do ensino fundamental de nove anos oferece um espaço para debater sobre o ensino, o currículo o

desdobramento do processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança na escola. Neste sentido, refletir sobre o futuro das séries que compõem o ensino fundamental, é uma necessidade para profissionais que estão na escola, especialmente lidando com essa realidade da inclusão de crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental.

A proposta do ensino fundamental de nove anos tem provocado uma preocupação nos educadores, principalmente naqueles que tem vivido sua implantação no dia a dia. O processo de implantação foi contraditório, mas é uma realidade. No sentido de apoiar pedagogicamente os sistemas de ensino, particularmente as escolas, foi elaborado o documento “Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade” (BRASIL, 2006). Neste fica esclarecido como a criança de seis anos de idade é concebida no cenário do ensino fundamental:

A criança de seis anos de idade que passa a fazer parte desse nível de ensino não poderá ser vista como um sujeito a quem faltam conteúdos da educação infantil ou um sujeito que será preparado, nesse primeiro ano, para os anos seguintes do ensino fundamental. Reafirmamos que essa criança está no ensino obrigatório e, portanto, precisa ser atendida em todos os objetivos legais e pedagógicos estabelecidos para essa etapa de ensino. (BRASIL, 2006 p.8).

É fundamental que os professores reconheçam a especificidade de cada criança e assim lhes proporcione uma atenção especial do ponto de vista do ensino-aprendizagem, é importante considerar que o foco não é apenas na leitura e escrita, mas também o desenvolvimento de outras habilidades procedimentais e éticas que lhes permita o sucesso na escola e uma inserção cidadã na vida social.

Sonia Kramer diz em seu texto (BRASIL, 2006, p. 13) “A infância e sua singularidade” que está inserido no documento que:

A infância é entendida, por um lado, como categoria social e como categoria da história humana, englobando aspectos que afetam também o que temos chamado de adolescência ou juventude. Por outro lado, a infância é entendida como período da história de cada um, que se estende, na nossa sociedade, do nascimento até aproximadamente dez anos de idade. (BRASIL, 2006 p.13).

Para provocar uma revisão no currículo do ensino fundamental, a ideia do ensino de nove anos, o documento defende que é preciso ver a criança e suas particularidades, entendendo-a como um ser histórico e social que influencia e é influenciada pelo meio social onde convive.

O debate sobre a questão da infância não é algo tão novo na educação brasileira, um outro documento aborda a ideia de infância “O Referencial Curricular Nacional para a

Educação Infantil”. (BRASIL, 1998). Embora este esteja direcionado especificamente para Educação Infantil, tomamos, aqui, emprestado o conceito de criança, pois ele, O RCNEI, mostra uma ideia de criança como um ser histórico e social onde influencia e é influenciada pelo meio em que vive. O RCNEI diz que:

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também a marca. (BRASIL, 1998, P. 21).

A criança é um ser social e um ser de direitos sociais, para o qual políticas públicas específicas ainda necessitam se consolidar e se ampliar com maior força no contexto da nossa sociedade. Acerca dos direitos das crianças, do ponto de vista pedagógico, Kramer em seu texto inserido no documento enfatiza que:

Os direitos sociais precisam ser assegurados e que o trabalho pedagógico precisa levar em conta a singularidade das ações infantis e o direito à brincadeira, à produção cultural tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental. (BRASIL, 2006 p.20).

Da mesma forma que vemos as particularidades das crianças na educação infantil, devemos ter esse olhar também no ensino fundamental. É percebido que o acesso a escolaridade torna-se obrigatório a partir do momento em que ele acrescenta mais um ano de duração. Nessa perspectiva Kramer (BRASIL,2006) relata um breve histórico da educação infantil no Brasil desde as contribuições de Charlot na década de 1970 até os debates acerca da pré escola. Segundo a autora a Educação Infantil é vista como algo bom e que foi debatida e avaliada com o passar dos tempos e que ela não é só um espaço para o cuidar e sim para prepara lá para o ensino fundamental, posteriormente.

O ensino fundamental de nove anos legalmente garante um direito igualitário para todas as crianças: o seu ingresso na escola. O que nos dá a entender que existirá escola para todas.

Vale ressaltar que o tempo obrigatório em sala de aula não é algo tão novo a ser discutido. No documento de 2004 “Ensino fundamental de nove anos- orientações gerais” (BRASIL, 2004) afirma que no ano de 1961 o ensino fundamental tinha como duração obrigatória de quatro anos e através do acordo de Punta del Este e Santiago (um acordo que tinha como compromisso estabelecer seis anos no ensino fundamental até os anos se 1970) o ensino primário tinha como obrigação durar seis anos, até os anos de 1970. E mais depois com a lei nº 5.692/71 o ensino tinha a duração de oito anos.

Vale destacar que na origem da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a 9394/96 (LDB) o ensino já seria para ter a duração de nove anos, mas só teve mais destaque essa ampliação com a criação da lei nº 10.172 de 2001 onde criou-se o Plano Nacional da Educação (PNE). Percebe-se que houve algumas mudanças no âmbito educacional brasileiro e a duração de anos na escola e observamos a tabela a seguir:

Fase de ensino	Faixa etária	Duração da escolaridade
Educação Infantil	Até 5 anos	
Creche	Até 3 anos	
Pré escola	4 e 5 anos	
Ensino Fundamental	6 a 14 anos	9 anos

Tabela 1: Faixa etária atual para cada etapa de ensino

Para ajudar aos que convivem com esse alunado, o MEC (Ministério da Educação) criou vários guias para tentar esclarecer algumas dúvidas acerca deste debate, além destas guias, também existem algumas resoluções onde são abordadas o ensino fundamental.

Segundo o documento de 2004 “Ensino fundamental de nove anos: orientações gerais” esta ampliação beneficiou mais as crianças carentes, visto que as crianças das classes médias e altas já entram na escola bem mais novas que as das classes baixas. Essa é uma realidade não só dos grandes centros, mas também de cidades de menor porte, como é o caso da cidade de Guarabira e regiões circunvizinhas.

No documento analisado, o que mais nos chama atenção é a necessidade de compreender que o debate acerca da ampliação do ensino fundamental não aborde apenas a sua duração, mas sim a duração com qualidade, proporcionando assim a todas as crianças um ensino longo e produtivo, e para isso as escolas em parceria com as Secretarias de Educação precisam reavaliar os conteúdos para essas crianças, e garantindo que elas prossigam nos estudos posteriores e não apenas no ensino com duração de nove anos.

O documento analisado (BRASIL,2006) diz que:

[...]cada sistema de ensino é competente e livre para construir, com a respectiva comunidade escolar, seu plano de ampliação do ensino fundamental, como também é responsável por desenvolver estudos com vistas à democratização do debate, o qual deve envolver todos os segmentos interessados em assegurar o padrão de qualidade do processo de ensino-aprendizagem. (BRASIL, 2006 p.7).

Ou seja, cada rede de ensino, cada escola, cada professor no seu planejamento, tem a autonomia para adaptar à realidade local a sua proposta pedagógica, com a condição de que ofereça de forma qualificada e que esse um ano a mais na escolaridade seja proveitoso. Sobre isso o documento “Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade” (BRASIL,2006) relata:

Durante o período de transição entre as duas estruturas, os sistemas devem administrar uma proposta curricular que assegure as aprendizagens necessárias ao prosseguimento, com sucesso, nos estudos tanto às crianças de seis anos quanto às de sete anos de idade que estão ingressando no ensino fundamental de nove anos, bem como àquelas ingressantes no, até então, ensino fundamental de oito anos. (BRASIL,2006 p. 7).

Ou seja, é importante que o sistema de ensino adote uma prática pedagógica que assegure as crianças uma aprendizagem necessária para seguir adiante nos estudos.

3 O CURRÍCULO PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA DE SEIS ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O DOCUMENTO DO MEC

Sabemos que as crianças possuem características próprias, e nessa faixa etária de seis anos de idade, as crianças possuem uma imaginação e criatividade muito afluída, além de energia típicas de sua idade e, com essas características, o professor, considerando-as, encontrará meios para poder desenvolver atividades em que elas poderão ser onde elas serão estimuladas para aprender e se desenvolver.

A palavra currículo tem sua origem latina e refere-se ao caminho percorrido, jornada, sentido, a rota de uma pessoa. Do ponto de vista da escola, o currículo é um conjunto de decisões político-pedagógica sobre o ensino, sendo importante considerar o conjunto de práticas e experiências culturalmente construídas pelas crianças no seu universo social, tudo isso como fonte do patrimônio cultural do homem. Para um novo Ensino Fundamental, um novo currículo necessita ser pensado ou ressignificado tendo em vista considerar aspectos próprios da aprendizagem das crianças de seis anos de idade.

Pensando no que trabalhar no 1º ano, as brincadeiras livres e orientadas, atividades dirigidas em todos os componentes curriculares, o planejamento consequente destas, tende a favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento da criança.

Nesta direção, a vivência anterior da criança à escola não pode ser algo desconsiderado e sim dado grande importância, pois é a partir de suas culturas e costumes que terão como suporte, “[...] é possível pensar nas escolas com as crianças, como lugares nos quais elas sintam vontade de permanecer, lugares acolhedores das suas culturas”. (BARBOSA,2012, p.10).

Esse fato é percebido que a inclusão das crianças desta faixa etária provocou e provoca diversos questionamentos sobre os conteúdos que devem ser trabalhados, e é nas particularidades que o conhecimento se desenvolve no sujeito, nas suas vivências, interagindo com os que convivem com ele, de forma natural, e o professor como integrante do meio social terá que ter um sentido mais aguçado voltado para a singularidade desta criança e a partir daí poder desenvolver um trabalho junto com a escola, no documento oficial (BRASIL,2006) Patrícia Corsino diz em seu texto “A criança de seis anos e áreas de conhecimento” que :

O olhar sensível para as produções infantis permitirá conhecer os interesses das crianças, os conhecimentos que estão sendo apropriados por elas, assim como os elementos culturais do grupo social em que estão imersas. A partir daí, será possível desenvolver um trabalho pedagógico em que a criança esteja em foco. (BRASIL, 2006, p.57).

Ou seja, conhecer a criança, o seu meio, suas preferências, seus interesses será o ponto de partida do professor para poder realizar atividades que envolvam a criança, que a façam sentir acolhida, inserida realmente na escola. É claro que o professor, na escola, é o sujeito promotor dos meios para isso.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu Art. 26, o currículo tem que ter uma base comum para todas as fases desde à Educação Infantil ao Ensino Médio, mas ficando a cargo de cada estabelecimento escolar e sistema de ensino adaptar às suas diversidades regionais e locais dos educandos. E, ainda que o ensino da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política do Brasil e da língua portuguesa precisam ser abordados obrigatoriamente nos currículos escolares.

No documento do MEC “Ensino fundamental de nove anos: passo a passo do processo de implantação” (BRASIL, 2009, p. 23), é afirmado que o conteúdo e a matriz curricular do 1º ano trabalhadas no Ensino Fundamental de oito anos não são as mesmas do Ensino Fundamental de nove anos, pois no Ensino Fundamental de nove anos é preciso uma nova proposta pedagógica, um novo currículo, por se tratar de crianças de seis anos, ou seja, é preciso um currículo coerente com as características das crianças dessa faixa etária, um novo Projeto político-pedagógico e atualizações das normas escolares pelos conselhos escolares,

por isso o conteúdo do Ensino Fundamental de oito anos não é mais adequado, considerando a nova realidade de nove anos para essa etapa da educação básica.

3.10 CURRÍCULO PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA DE SEIS ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL: OS COMPONENTES CURRICULARES

Sobre os componentes curriculares para o Ensino Fundamental, apresentamos a seguir uma síntese daquilo que consideramos importante destacar como pontos-chave. Todavia, esclarecemos que por uma questão de tempo para conclusão deste trabalho vamos nos deter em apenas três: artes, linguagem e matemática. Embora, essa escolha não seja indícios de priorização deste ou daquele componente curricular, isto porque o conhecimento do mundo naturais, histórico e geográfico são fundamentais para construção e constituição do sujeito enquanto integrante deste mundo.

A Arte é considerada como algo singular à educação, e esta questão é abordada nas rodas de conversas e reuniões de professores, para Sônia Kramer (BRASIL, 2006 p. 48) a Arte antes de ser educativa precisa ser Arte e trabalhar a Arte. Mostrar obras de Arte aos alunos é fazer com que os alunos conheçam a cultura, a cultura de um mundo, e a partir dos questionamentos que possam surgir dos alunos pode ser surpreendente para o professor, visto que as crianças possuem o olhar curioso e crítico diante de alguns conhecimentos. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil afirma (BRASIL, 1998 p.33)

[...]as crianças podem estabelecer relações entre novos conteúdos e os conhecimentos prévios (conhecimentos que já possuem), usando para isso os recursos de que dispõem. Esse processo possibilitará a elas modificarem seus conhecimentos prévios, matizá-los, ampliá-los ou diferenciá-los em função de novas informações, capacitando-as a realizar novas aprendizagens, tornando-as significativas. (BRASIL, 1998 p.33)

Ou seja, os resultados obtidos em sala de aula sobre o que as crianças compreendem de Arte estará internamente ligada a seu contato com a Arte durante sua vivência.

A vivência com a Arte (Obras de arte, poesia, música e etc.) pode fluir nas crianças um despertar e uma nova forma de sentir a Arte. Para Bakhtin o sujeito ao desfrutar uma obra de arte e a partir daí tenta desmitificá-la, ele experimenta uma relação estética surgida na tentativa de compreendê-la e por conseguinte seu significado.

O Trabalho com a Matemática em sala de aula é oferecer chance aos alunos do primeiro ano do ensino fundamental onde eles serão estimulados a reconhecer semelhanças, fazer correspondências, é importante que os tópicos trabalhados em sala de aula estimulem

nas crianças uma transferência mútua de ideias entre eles e que as atividades contempladas estejam constantemente ligadas de situações problemas.

Um dos objetivos da matemática para esta fase é o trabalho com classificações, ou seja fazer com que as crianças reflitam sobre os processos de classificação em tabelas e gráficos.

O debate acerca do conteúdo trabalhado nas salas de primeiro ano do ensino fundamental não é algo novo, desde dos anos 80 quando Ana Teberosky e Emília Ferreiro divulgaram a psicogênese da língua escrita. Este debate acerca do que ensinar na área da linguagem reflete nos educadores em duas posições iguais e ao mesmo tempo diferentes, pois de um lado vê-se a língua escrita inadequada ao ensino fundamental por acreditar que ela antecipa um tipo de método oriundo do ensino fundamental, a justificativa desta reflexão seria a qual, onde antecipar a língua escrita nas salas de primeiro ano “roubaria” a infância e o seu tempo livre de brincar. Já para outros educadores a iniciação das crianças na prática da língua escrita é algo muito bom, pois estimulará as mesmas para uma prática compensatória futuramente, onde elas estarão mais preparadas na inserção das fases educacionais futuras.

Para o documento é necessário que o professor implante em seu plano pedagógico atividades que contemplem textos orais e escritos, além de assegurar as crianças o conhecimento sobre o sistema de escrita, compreendendo suas funções. Realmente implantar nos planos de aula questões, textos e atividades que abordem os diversos tipos de textos e suas funcionalidades estimulará nas crianças desde cedo um leitor proficiente para assim conseguirem prosseguir nas próximas fases.

4 COMO AVALIAR NAS SALAS DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

A escola espera muito da criança de seis anos, que ela tenha mais concentração, uma certa autonomia em relação às suas necessidades fisiológicas, pois acredita que esta não é mais uma criança e sim um aluno do ensino fundamental. A escola tem que ser muito sensível ao prever temas e/ou conteúdos para esta fase, pois torna-se algo variável de escola e claro de alunado. É essencial que não haja uma quebra na transição da educação infantil para o ensino fundamental e sim uma sequência de saberes, quando se tratando de crianças que passaram pela educação infantil. Já para aquelas que chegam na escola sem ter ido à uma, é crucial que as escolas possam recebê-las de forma que estas sintam-se acolhidas. O trabalho pedagógico deve ser voltado para a criança, para seus conhecimentos prévios.

Segundo o documento analisado os projetos de trabalho devem ser flexíveis e serem elaborados a longo e médio prazo para a inclusão de outros temas quando for necessário. Conhecer e considerar o aluno são fatores fundamentais para um bom desempenho escolar.

A ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração é um grande passo na busca da inserção das crianças oriundas das camadas mais populares. Porque assim elas terão neste ano a mais de escolaridade mais oportunidades para apropriarem se de mais conhecimentos.

Há diversas ideias e propostas para avaliar, ao longo da história educacional algumas práticas educativas acabaram tornando verdadeiras formas de exclusão, porque avalia-se apenas para medir as capacidades dos alunos e ditas lós em aptos ou inaptos para determinadas áreas e para isso não ocorrer nas salas do ensino fundamental da primeira fase, especificamente, é necessário que o professor saiba aderir as melhores práticas para seu alunado, como:

- ✓ Conhecer seu alunado e suas características e o seu ambiente extraescolar;
- ✓ Identificar o que o aluno já sabe e a partir daí inserir seus conhecimentos na sua prática pedagógica;
- ✓ Estimular os alunos a sempre estarem construindo conhecimentos em diversas áreas;
- ✓ Reconhecer as dificuldades das crianças e juntos tentarem superarem tais obstáculos;
- ✓ Conhecer a família, verificar se ela contribui para a inserção da criança na vida escolar e a sua frequência na mesma;

As práticas avaliativas mudam de acordo com as dificuldades identificadas nos alunos e então o professor terá essa possibilidade de se auto avaliar e, para uma prática ser justa e coerente é preciso que o professor planeje suas metas sobre o que ensinar e o que avaliar.

Diversificar os modos de avaliar possibilita ao professor um sortimento de informações sobre o seu trabalho em sala de aula e sobre os melhores meios de aprendizagens. Compreender a lógica dos alunos será o pontapé inicial para o professor poder interferir e assim ajudar seu aluno em suas dificuldades. Os alunos analisando suas próprias produções, refletirão sobre seus conceitos obtidos e o que ainda falta aprender e para isso o uso dos *portfólios* é ótimo meio avaliativo, onde eles visualizarão seus avanços e necessidades.

Uma prática como esta é importante pois proporciona ao aluno a prática de se auto avaliar e não algo exclusivo do professor, mas uma prática como esta é oposta às técnicas tradicionais, onde seus fins e objetivos são selecionar e classificar os aptos e excluir os inaptos. Mas se queremos crianças independentes e autônomas, é preciso estimular no seu dia a dia práticas onde elas mesmas se auto avaliam e se descobram, participando de uma avaliação contínua.

Outro recurso avaliativo muito rico são os *diários de classe*, um meio de avaliação qualitativo muito importante para o processo de ensino aprendizagem onde os alunos terão espaço para anotações onde professores e o corpo docente da instituição poderá refletir sobre as prioridades em cada etapa de ensino e assim organizar os melhores meios de aprendizagem.

Para identificar os avanços dos alunos da sala de primeiro ano do ensino fundamental é preciso que o professor identifique algumas informações, como, se as crianças já leem textos curtos, se já leem com autonomia, se elas demonstram interesse em buscar em outros livros.

Para que não haja divergências entre o que foi registrado e o vivenciado na sala de aula, é preciso ter alguns cuidados, que podem parecer evidentes e repetitivos mas que nem sempre são cumpridos ou passam despercebidos pelos professores, é fundamental que o professor tenha em mente que os conhecimentos adquiridos pelos alunos são um direito deles. E o professor de forma alguma pode “deixar pra lá ou deixar passar” e sim verificar os avanços e as falhas dos alunos e assim perceber o que foi e o que não foi absorvido.

E para realmente ficar claro o que ensinar e como avaliar, o professor precisará identificar em objetivos claros o conteúdo trabalhado oriundo dos planos de curso e documentos curriculares. Só assim será possível realizar registros avaliativos ao longo dos dias, que se tornará em ensino-aprendizagem, de modo que possa ser corrigido e ao mesmo tempo não perder as informações constatadas sobre as crianças no dia a dia.

Sempre é importante lembrar que, a família do aluno precisa ter vez e voz na escola, devem participar positivamente do processo avaliativo. É preciso que as famílias destas crianças conheçam as metas da escola para às crianças em cada unidade ou bimestre e a partir daí poderão se posicionar junto à escola e o corpo docente com mais autoridade sobre os caminhos percorridos e estabelecidos pela instituição. A família participando efetivamente do processo avaliativo e conhecendo os métodos desta escola, onde os pais são os maiores beneficiários, todos juntos só tendem a ganhar no processo de aprender.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi caracterizar o currículo segundo as orientações contidas no documento analisado. O documento elaborado pelo Ministério da Educação foi a fonte central para o desenvolvimento deste trabalho.

Compreende-se que mais tempo nas escolas proporciona às crianças uma aprendizagem maior. É preciso ressaltar que esta significativa mudança no sistema de ensino há pontos positivos e negativos tanto para professores quanto para as crianças. E um ponto positivo seria a duração de tempo em sala de aula, onde nossas crianças passam a conviver e viver mais na escola e um ponto negativo seria a perda da sua infância destas crianças e para isto não acontecer é necessário que os professores e os estabelecimentos de ensino adotem práticas educativas para que sua infância e singularidades estejam asseguradas.

Para uma sugestão de ensino ou prática pedagógica tornar uma referência é preciso que ela interaja com o cotidiano das crianças e sendo assim o ato de planejar e avaliar é fundamental, e para uma prática consistente e válida é essencial a união do corpo docente num todo para planejar adequadamente uma prática educativa estruturada.

A ideia mais usada e defendida pela Sônia Kramer (BRASIL,2006) é a articulação entre a Educação Infantil e Ensino Fundamental, é justamente essa articulação o assunto mais discutido em âmbitos educacionais, um ano a mais na escola é proporcionar a criança mais um ano de escolaridade e conseguinte mais um ano de aprendizagem. Mas esse ano a mais pode ser visto de forma negativa, seria um ano a menos na infância das crianças. É visto que as crianças de hoje estão cada dia mais adiantadas seja em relação a tecnologia, ao seu próprio desenvolvimento, elas estão a cada dia acompanhando a evolução da civilização e sua inclusão na escola seria algo mais que normal.

Com a breve leitura pôde se identificar as características que o novo ensino fundamental propõe e que é necessário reorganizar o currículo não só para esta série e sim para todos os níveis.

O processo de ampliação deste novo ensino fundamental está ligado mais a investimentos financeiros da educação, as práticas pedagógicas do que propriamente a infância, pois é sabido que crianças de seis anos de idade ainda são crianças, ainda criam, fantasiam, brincam e a escola adaptada a esta nova proposta tem que compreender ainda mais as singularidades das crianças. Para realmente ser implantado um novo ensino fundamental onde legislação e criança estejam articulados é necessário um debate em todo interior de todas as escolas. Assim, teremos a eficácia das leis correspondentes ao novo ensino fundamental e

as singularidades de cada criança sendo respeitadas, o debate oriundo de cada escola sobre o seu alunado e suas características fará com que legislação e particularidades andem juntas.

ABSTRACT

This work that attends the mandatory activity of course conclusion in Pedagogy aims to reflect issues relating to the expansion of Elementary Education from eight to nine years. The bibliographic research seek to analyze the document “Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inserção da criança de seis anos de idade”, dealing with pedagogical guidelines to the inclusion of six year old children in the classrooms of elementary school. The documental bibliographic research expands to other documents of a legal nature that underlie the implementation of elementary school in 9 years. This official document archive has as one of its main focus the child from their learning needs and development, being a guide for schools and their teachers, especially those who will work in the classrooms of 1st year.

KEY WORDS: Elementary Education. Schooling of Children. Pedagogical Orientation.

REFERÊNCIAS

BRASIL.Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2010.

_____.Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.**Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inserção da criança de seis anos**.Brasília: MEC, 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Coordenação geral do Ensino Fundamental.**Ensino Fundamental de nove anos: orientações gerais**. Brasília: MEC,2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica. Coordenação geral do Ensino Fundamental. **Ensino Fundamental de nove anos: passo a passo do processo de implantação**. Brasília: MEC, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica. Coordenação geral do Ensino Fundamental.**Acriança de 6 anos a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos:orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade**. Brasília: MEC, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Ampliação do ensino fundamental para nove anos: 1º. Relatório do programa**. Brasília,

DF: Ministério da Educação, 2004b.

_____. **Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts.29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.** Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 7 fev. 2006.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: DOU, 21 dez. 1996.

BARBOSA..M, C,S. **A infância no ensino fundamental de nove anos.**[recurso eletrônico] Dados eletrônicos. Porto Alegre: Penso, 2012.

COLOMBI, Gisela Maria Silveira.**O ensino fundamental de nove anos no Brasil: [dissertação]: uma análise da produção discente (2006-2010)** / Gisela Maria Silveira Colombi ; orientadora, Diana Carvalho de Carvalho - Florianópolis, SC, 2012.

BERTINI.L,F. CARAM. A. CERMINARO.R, H,S. REALI. A, M, M, R. TANCREDI.R,M,S,P. (2008). **Ampliação do ensino fundamental para nove anos: entre a teoria incompleta e a prática intempestiva.***Educação em Revista*, 65-78.

KRAMER, Sonia. **A infância e a sua singularidade.** In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

STURION.F. (2010). **O Ensino Fundamental de Nove Anos: o que revelam os professores em seus discursos.**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA. FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, p. 76.